



Nuno Costa Santos

Depois do sismo da pobreza

Meu querido amigo Joel,

Li o mais do que pertinente texto que publicaste na revista do Expresso do passado dia 28 de Outubro – “Os Pobres Mais Pobres”. Muito tens tu falado sobre o problema da pobreza dos Açores. Leio esta preocupação há muito nos teus livros e nos teus comentários. É uma boa obsessão porque de facto se trata de um assunto que durante anos foi escondido como um parente que não convém ser apresentado à sociedade por uma boa parte dos poderes. Os vários: políticos, sociais, económicos e até culturais. O parente pobre vive cá em casa mas foi e ainda é ignorado como se não existisse. Como se não circulasse todos os dias de divisão em divisão com os seus trajes gastos e o seu olhar entre o suplicante e o conformado.

Apesar de centrar hoje as minhas atenções nas hipóteses de recriação da açorianidade, também me tenho detido nesse problema universal. Em duas ficções, por exemplo – uma de 2004, cujo centro da acção é uma zona piscatória e outra, de 2016, centrada num submundo insular – de tráficos vários – pouco nomeado. Mas reconheço que a tua atenção à pobreza açoriana, sobretudo nestes últimos tempos, tem sido mais persistente. E promete desenvolvimentos. Excelente que assim seja. Porque um escritor (também) é isso: ir para além da paisagem, da superfície, da conveniência. É fácil elogiar a Natureza dos Açores. É difícil afirmar interna e exteriormente que a Natureza dos Açores alberga muita gente sem uma vida com a dignidade que a vida merece. Trata-se do primeiro passo para a procura do progresso.

Elenas dados – e os dados são a primeira matéria para qualquer tipo de pensamento sobre uma sociedade. Anotas: com regularidade ou em permanência, os Açores lideram todos os rankings nacionais de “subdesenvolvimento humano”. Na pobreza, no emprego, na exclusão social, na desigualdade na distribuição dos rendimentos, na dependência do rendimento social de inserção, no défice de ascensão social, no analfabetismo, no insucesso e no abandono escolar, nas deficiências na saúde e na violência doméstica. E noutros. Ficou-me esta passagem: “Um pobre dos Açores não pode negociar. Não conhece sequer os termos do negócio, porque provavelmente nem sabe que é pobre”. A ideia tem pertinência. E faz pensar. Consideras que é preciso literacia para se perceber em que condição se está. Não diria tanto. Porque, antes de mais, até porque o presenciei durante o meu crescimento e topo-a hoje, a lucidez dos açorianos pobres relativamente a todas as formas de pobreza é muito verbalizada pelos próprios.

Apontas duas causas primeiras para o descalabro ao longo de décadas: “a negligência das elites locais” e a “ausência de escrutínio nacional”. E fazes uma crítica duríssima ao que consideras ser a atenção unânime da sociedade dos Açores em relação ao “reforço dos poderes da autonomia”, descurando o trabalho de luta contra os insucessos sociais da mesma. Acusas os senadores e os políticos em geral de serem indiferentes ao modo como se vive em muitos bairros, preferido as reivindicações autonómicas, que consideras supérfluas perante o objectivo de combater a pobreza e a desigualdade.

As palavras são tuas e contêm verdade dentro: “De nada serve a autonomia, esta ou outra (mais ou menos expressiva), se não servir uma melhoria efectiva das condições de vida da população”. (A minha formulação seria “de nada serve esta autonomia”). Depois avanças para uma proposta: “Se para se desfazerem essas assimetrias for preciso equacionar o regresso transitório à figura do ministro da República, então é por aí. que a revisão do estatuto deve

passar: pela contenção temporária da autonomia, e não pela sua ampliação”.

Ora, nesse ponto, a nossa discordância é funda. A meu ver, certas no diagnóstico (apesar de achar que há mais razões para a pobreza do arquipélago) e erras na terapêutica – que pouco desenvolves, na verdade. Até porque, e os números comprovam-no, antes da autonomia, a tal que dizes que falhou, estávamos bem pior. E não só nas infraestruturas – nem portos havia nas nossas ilhas. Constitui um exercício imaginário, nunca comprovado, dizer-se que estaríamos bem melhor se esta autonomia fosse mitigada e mais vigiada.

Também apresentas “o continente” de forma genérica, como se fosse um exemplo maior para as nossas ilhas em crise estrutural. Como se não houvesse a interioridade – com todo o seu esquecimento (sem autonomia haveria uma interioridade atlântica). Como se, por todo o país, não houvesse muitos bairros de lata, subúrbios negligenciados, níveis fortes de toxicodependência, suicídio (veja-se o caso da “ilha” alentejana), dilemas eternos sobre o futuro económico. Como se “Lisboa”, para usar uma formulação tua, fosse competente e eficaz para tratar os problemas da Nação, sobretudo aqueles problemas de zonas longínquas em relação à capital. Sabemos que não o é.

No outro dia fui ver “7.2”, o excelente documentário de Jorge Monjardino sobre o destrutivo sismo de 1 de Janeiro de 1980. Uso à boleia desse visionamento e da conversa que se lhe seguiu, uma imagem. Os Açores são uma região destruída pelo sismo da pobreza. É mais sensato, perante esse cenário, considerar um esforço interno, responsabilizador, do que ficarmos à espera do que nunca tivemos – até pela distância geográfica – a verdadeira atenção da “república”. E muitas vezes tivemos discriminações fiscais. Foi contra essas discriminações a que estava sujeitos produtos açorianos por parte dos poderes centrais que se insurgiram aqueles autonomistas do século XIX com os quais dizes não te identificar porque consideras que eram classistas. Se quiseres, o classismo, no caso, teve uma causa justa.

A conclusão do realizador foi partilhada no final da exibição do filme: apesar de todas as empenhadas ajudas institucionais externas, se não fosse a existência de um governo regional seria impossível ter havido uma actividade tão intensa, sistemática e eficaz no esforço de reconstrução de Angra do Heroísmo. As atenções exteriores foram muitas e muitos os que vieram de fora (como assinalaste no romance “Arquipélago”) mas teve de haver um comando e uma vontade política regional, com os seus protagonistas, que se transmitiu às pessoas que arregaçaram as mangas. O comando foi de quem estava próximo politicamente. Quero crer que a conclusão de Monjardino está certa – ele que acompanhou, ouviu, documentou.

O que faz falta não é atribuir importância a uma figura, o ministro da República, sem vocação constitucional para transformar o que quer que seja. É sermos cada vez mais responsabilizados, é exigir cada vez mais de quem nos governa, é organizarmo-nos melhor como comunidade. É criar “mercado”, como dizes – e isso só se consegue com brios e esforços laborais vários, que passam por ajudar os que vivem uma situação fragilidade e por desafiar-los, como aconteceu com as equipas que reedificaram uma cidade arrasada, a juntarem-se a um movimento colectivo, do qual, também no caso, não devem ser excluídos. É haver mais artigos desafiadores como o teu, que só escandalizam quem não adere ao debate e geram conversa como a que estamos a ter. Gostaria de continuar a conversa contigo sobre o assunto. Até já. Um abraço autonomista, Nuno.

Câmara Municipal de Ponta Delgada mantém aposta em eventos ambientalmente sustentáveis

A Câmara Municipal de Ponta Delgada mantém a aposta em eventos ambientalmente sustentáveis.

A utilização de copos reutilizáveis em vez de descartáveis tem sido prática nos grandes eventos promovidos pela autarquia, mas a ideia é estendê-la aos eventos que acontecem em Ponta Delgada.

Neste sentido, a Câmara Municipal de Ponta Delgada atribuiu à Talentos na

Ribalta – Associação Actividades Culturais, um apoio de mil euros destinado à produção de copos reutilizáveis a utilizar em eventos promovidos pela referida associação de utilidade pública.

A declaração de reconhecimento de obrigações no âmbito da concessão de apoio foi assinada esta manhã por Pedro Nascimento Cabral e Francisco Barbosa.

O autarca reiterou, na ocasião, o

compromisso do município com a sustentabilidade, considerando ser fundamental reduzir o impacto ambiental dos eventos e, ao mesmo tempo, sensibilizar o público mais jovem para a importância da reciclagem e da sustentabilidade de uma forma integrada.

Francisco Barbosa aproveitou o momento para destacar a importância do apoio da Câmara Municipal de Ponta Delgada para a prossecução das activida-



des e projectos da Talentos da Ribalta.